



IDEIAS, PRÁTICAS E POLÍTICAS EM ESTUDOS URBANOS DE GÊNERO: POR UMA EPISTEMOLOGIA DE PESQUISA FEMINISTA (SESSÃO LIVRE)

Geisa Bugs

PUC PR | geisa.bugs@pucpr.br

Maribel Aliaga Fuentes

Universidade de Brasília | arqmarialiaga@gmail.com

Resumo geral:

Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente. (RAGO, 1998)

No processo de construção de uma teoria urbana feminista, desde o início temos procurado estabelecer novas lógicas de produção e de pensamento, assim como diz Margareth Rago, buscamos uma construção cultural feminina com uma marca "tendencialmente libertária, emancipadora". Mesmo que Judith Butler em seu texto Por uma leitura cuidadosa se oponha à necessidade de uma pedagogia feminista, entende que "o que existe de politicamente imediato é um conjunto de desafios que são historicamente provisionais, mas que não são, por esse motivo, menos merecedores de engajamento". Refuta a ideia de uma definição filosófica ou epistemológica, defendendo que é preciso "avaliar o mundo de modo político ou de nos engajarmos de maneira ativa em seus problemas com o objetivo de transformação".

No contexto em que vivemos, nossos corpos são há séculos classificados com base em hierarquias e diferenças, que obstruem a nossa inserção na sociedade. Não somos um sujeito universal abstrato como proposto pelos modernos, temos muitas interseccionalidades que nos atravessam. Como alerta Federici, "a análise da posição social das mulheres pelo prisma da exploração capitalista do trabalho também revela a continuidade entre a discriminação com base no gênero e a discriminação com base na raça". Se por um lado algumas de nós conseguimos avançar em espaços e direitos, esse processo de inserção feminina no mercado

de trabalho é também permeado pela lógica do capital, que reproduz desigualdades e cria novas formas de exploração.

Entre o ter e o existir, pautado sempre pelas responsabilidades de cuidado para com o outro, somos nós as mulheres as mais endividadas e sem acesso a moradias dignas para nós e nossas famílias, privadas de mobilidade social, em subposições predeterminadas, estanques e em um processo contínuo de empobrecimento. A capitalização da vida, com a mercantilização de direitos básicos para exercício da cidadania, como saúde, educação, moradia, cultura, segurança, faz parte do processo de desmantelamento do Estado de bem-estar social.

As cidades e os territórios em que vivemos também são objetos de projetos de segregação, deixando às margens e alienando dos espaços públicos as pessoas que não interessam ou não se assemelham aos detentores de poder. Para uma efetiva reparação, é preciso refazer esse arranjo com a participação desses outros, dos renegados, dos corpos atravessados por opressões, das múltiplas experiências de experimentação, dos espaços de vivência e convivência. Como indagou a arquiteta argentina Ana Falú: Se a cidade é “muitas”, qual o papel da mulher nesta cidade?

A compreensão histórica das estruturas que moldam as relações socioespaciais das mulheres nos colocou diante de muitas invisibilidades, como a invisibilidade na ocupação do território. Mas somente a partir da análise dos espaços em si ou de como se dá a sua apropriação por determinados grupos sociais, é difícil visualizar sujeitos pertencentes a grupos minoritários e invisibilizados, como as mulheres negras ou trans. Além disso, a escassez de dados e informações sobre a realidade vivenciada pelos distintos perfis de mulheres ainda é uma barreira a ser superada.

Pensar essa ocupação e avançar propositivamente rumo a um horizonte verdadeiramente inclusivo, é importante adotar uma nova epistemologia, que parta de uma leitura feminista da cidade. No caso dos estudos urbanos uma ferramenta de compreensão do território e suas relações é o mapeamento. Além disso, conceitos como o da interseccionalidade revelam-se fundamentais no contexto da pesquisa feminista por seu olhar crítico e atento para a diversidade das pessoas e realidades.

“Como poderemos, então, construir uma teoria feminista adequada ou mesmo diversas teorias, pós-modernas ou não? Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido?”. Esses questionamentos, colocados por Sandra Hardin em seu texto *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*, nos fazem refletir sobre a dinâmica do processo e como ela propõe que percebamos que “há dois modos de encarar a situação”, ou pelas lutas políticas ou com a mudança de paradigmas.

A presente sessão livre propõe apresentar abordagens multidisciplinares distintas sobre o papel das mulheres na cidade. O primeiro trabalho, de ordem teórica, tem como premissa a

investigação contextualizada da evolução das conquistas femininas ao longo da história, inserida nas discussões sobre profissão, projeto e cidade. O segundo trabalho adota uma abordagem interseccional para examinar os padrões espaciais e as manifestações de deslocamento de homens e mulheres em Curitiba. O terceiro estudo propõe um cruzamento de teorias feministas e escuta de mulheres nas propostas de planejamento urbano. O quarto trabalho utiliza a pesquisa-ação se baseia em oficinas temáticas e territoriais com a comunidade, para engajar as mulheres na participação popular do planejamento. O quinto e último, busca práticas profissionais que contribuam para a reimaginar o desenho de cidades mais seguras, diversas e acolhedoras para grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, crianças, idosos e pessoas não-binárias.

O QUE É QUE AS ARQUITETAS BAIANAS TÊM? POR UMA REFLEXÃO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NA BAHIA

José Carlos Huapaya Espinoza

Universidade Federal da Bahia | joseespinoza@ufba.br

A presente proposta constitui-se em um dos desdobramentos da pesquisa “Cadê as arquitetas modernas baianas?” que vem sendo desenvolvida desde 2018 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e que tem como foco principal a visibilização da atuação profissional das mulheres arquitetas baianas formadas entre as décadas de 1930 e 1960. A historiografia da arquitetura e do urbanismo baiana, e do Brasil de uma forma mais ampla, tem sido escrita privilegiando a atuação de profissionais masculinos em detrimento de suas colegas arquitetas. Apesar de que, de fato, no período de estudo escolhido o número de profissionais mulheres era menor se comparado à dos homens isto não significa, de um lado, que elas não tivessem papel fundamental para a consolidação do campo profissional e, do outro, que não tenham atuado profissionalmente, seja como autônomas ou mesmo vinculadas ao poder público (como na Prefeitura ou no Governo do Estado, por exemplo). Além disso, o percurso estudantil e profissional delas nos ajuda a entender uma sociedade baiana (ainda) caracterizada pelo seu conservadorismo que se refletiu muitas vezes em diversas limitações, mas que vai se transformando a partir do protagonismo delas, em especial, vinculadas aos movimentos feministas. Ainda, chamamos a atenção de que o final da década de 1960 coincide com a Ditadura Militar, fato que será decisivo não só na própria dinâmica da vida universitária, mas, após se formarem. Ao longo dos sete anos de pesquisa foi possível realizar entrevistas a arquitetas formadas, basicamente, entre as décadas de 1950 e 1960, isto nos possibilitou, também, nos aproximarmos de seus arquivos pessoais constituídos, em especial, por fotografias, documentos e plantas de projetos. Os depoimentos delas nos ajudam a entender os desafios durante o processo de formação, mas, fundamentalmente, as não poucas dificuldades da vida profissional. Por outro lado, essa aproximação nos traz subsídios para refletir e questionar a forma como tem sido escrita a história do campo na Bahia.

ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS PADRÕES DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DE GÊNERO EM CURITIBA

Jaqueline Massucheto

PUCPR | jaquemassucheto@gmail.com

Geisa Bugs

PUCPR | geisabugs@gmail.com

A evolução dos modelos familiares e parentais, e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores, contribuem para a diversificação dos padrões de deslocamento nas áreas urbanas. No entanto, no planejamento urbano e nas políticas públicas correspondentes, diferenças de gênero e seus padrões de mobilidade recebem pouca atenção. Além das questões relacionadas às hierarquias de poder e gênero, outros fatores perpetuam uma abordagem cega às diferenças de gênero no planejamento da mobilidade urbana: a) falta de dados estatísticos desagregados por gênero ou negligência de seu uso; e b) ausência de métodos e análises capazes de verificar e evidenciar as interseções responsáveis por uma série de desigualdades.

A pesquisa que propomos apresentar, tese defendida recentemente no PPGTU - Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da PUCPR pela Jaqueline Massucheto, se destaca por sua abordagem interseccional na análise das desigualdades de gênero no contexto da mobilidade urbana. Utilizando uma combinação de métodos quantitativos, o trabalho examina como fatores como gênero, classe social e nível educacional influenciam as escolhas de transporte e a acessibilidade a oportunidades nas cidades.

A pesquisa revelou padrões complexos de mobilidade que, frequentemente, são invisíveis em estudos tradicionais. Ao adotar uma perspectiva interseccional, a tese demonstrou como a interação entre gênero e classe social resulta em desigualdades significativas no acesso a transporte e oportunidades. As mulheres, particularmente aquelas em classes sociais mais baixas, enfrentam maiores dificuldades de deslocamento, com tempos de viagem mais longos e menor acesso a meios de transporte rápidos e privados, como carros e motos, frequentemente utilizados por homens. Essa análise não só expôs a exclusão social, mas também colocou em evidência o impacto dessas disparidades na qualidade de vida das mulheres em termos de tempo, saúde e bem-estar.

Além disso, evidenciou a vulnerabilidade das mulheres de classes sociais mais baixas, que estão mais expostas aos crimes de natureza sexual, especialmente em espaços públicos e no transporte coletivo. Ao mapear geograficamente esses locais e identificar as interações entre a vulnerabilidade e os trajetos diários, a pesquisa contribui com evidências para políticas públicas de segurança voltadas às mulheres.

ESCUTAR MULHERES, PENSAR UNIVERSIDADES E CIDADES: ESTUDO DE CASO DE MÉTODO PARTICIPATIVO NO PLANEJAMENTO ESPACIAL DA UNB

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

UnB| sarazampronha@gmail.com

Maribel Aliaga Fuentes

UnB| arqmarialiaga@gmail.com

A pesquisa propõe uma nova abordagem ao planejamento urbano e institucional, centrada na participação ativa das mulheres. Fundamentada em teorias feministas, no materialismo histórico e na semiótica topológica, a pesquisa explora como as mulheres, historicamente invisibilizadas nos processos de planejamento, podem se tornar agentes transformadoras dos espaços que habitam. O estudo foca no principal campus da Universidade de Brasília (UnB), onde foi aplicado o questionário **(In)Segurança das Mulheres no Campus Darcy Ribeiro**, que coletou respostas de 790 mulheres da comunidade universitária.

A abrangente revisão teórica evidencia como o patriarcado estrutural influencia o planejamento urbano e institucional. É detalhado um panorama das leis brasileiras e instrumentos internacionais de garantia dos direitos das mulheres, junto a um levantamento amplo e atual de dados socioeconômicos e estatísticas sobre violência e educação. Equipamentos públicos como creches, iluminação adequada e infraestrutura de transporte são discutidos como elementos cruciais para garantir às mulheres acesso seguro e igualitário à vida pública. Os dados apresentados comprovam a feminilização da pobreza e a persistente desigualdade de gênero no Brasil, evidenciando a urgência destas questões.

A análise dos resultados do questionário aplicado no campus expõe como a insegurança e a violência masculina limitam a circulação das mulheres nos espaços universitários. As respostas foram analisadas utilizando diferentes recursos, como nuvens de palavras e inteligência artificial. Destacaram-se problemas na infraestrutura, como má iluminação, ausência de segurança em banheiros e áreas isoladas, e necessidades específicas de intervenções arquitetônicas. A coleta de dados possibilitou um diagnóstico, destacando as principais demandas das mulheres por um espaço mais seguro e inclusivo, e revelou como as dinâmicas de exclusão e violência são perpetuadas nos ambientes institucionais.

A aplicação da semiótica topológica permitiu interpretar os relatos das mulheres sem reduzir suas experiências a meras estatísticas. Incorporando escutas empáticas e caminhadas exploratórias, a análise mapeou simbologias e dinâmicas de poder presentes nos espaços do campus. Essa abordagem revelou como os espaços físicos e simbólicos do campus reforçam questões patriarcais de controle e exclusão, destacando a urgência de incorporar as demandas femininas nos processos de planejamento.

Com essa pesquisa, defendemos que a transformação cultural é indispensável para combater o patriarcado estrutural que silencia mulheres. Além das intervenções físicas nos espaços, é imperativo garantir a participação ativa das mulheres em todas as etapas do planejamento e da execução de políticas públicas, urbanas ou institucionais. A metodologia desenvolvida demonstra potencial de replicabilidade em outros contextos, como outros campi universitários e bairros urbanos, podendo contribuir para a criação de espaços.

MULHERES NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DE PLANEJAMENTO POPULAR

Clarice Misoczky de Oliveira

PROPUR-UFRGS | clarice.oliveira@ufrgs.br

As mulheres periféricas, em sua maioria pretas, atuam cotidianamente na construção de comunidades dignas de viver. Se o trabalho do cuidado foi relegado às mulheres na transição do patriarcado no capitalismo, o cuidado feminino estende-se para além das fronteiras da casa. Elas constroem redes de cuidado, criam espaços de resistência e de futuro.

No atual contexto de implementação do Programa Periferia Viva, no qual há aportes financeiros para elaboração de planos de ações para favelas, refletir sobre a participação das mulheres na elaboração desses instrumentos de planejamento é fundamental. Os resultados apresentados são fruto de pesquisa-ação, vinculados à extensão universitária em planejamento popular realizados desde 2018 em Porto Alegre/RS. A reflexão abrange também o que representa ser uma técnica mulher em contexto de planejamento popular.

A metodologia da pesquisa-ação se baseia em oficinas temáticas e territoriais com a comunidade, nas quais múltiplas formas de comunicação são estimuladas. Os assuntos feministas perpassam todas as oficinas. Ainda assim, se propõe um espaço de segurança apenas entre mulheres.

Percebe-se um padrão no que diz respeito aos temas que mobilizam homens ou mulheres. O assunto que engaja fortemente os homens são os espaços em disputa pelo capital. Lefebvre (1991) identifica o espaço fálico como o da opressão e dominação masculina pela força e pelo poder. São esses espaços fálicos com o avanço de grandes empreendimentos imobiliários sob as áreas periféricas que os mobilizam. No entanto, se trata de algo para além da perda da casa, mas da identificação de que política e produção do capital são assuntos deles. Enquanto que para mulheres, além da condição da moradia digna, a educação, saúde e segurança são os assuntos mais mobilizadores. No tema segurança, não apenas a morte dos homens pela força policial, mas também a insegurança da mulher no espaço privado da casa. Essa violência de gênero é amplamente relatada pela juventude feminina.

Sobre o envolvimento de técnicas mulheres percebe-se a dificuldade de atuação em comunidades com presença expressiva de lideranças masculinas. Quando o assunto envolve a cidade como máquina do crescimento econômico, a mulher planejadora é desvalorizada, baseada na ideia de que elas deveriam se ocupar da reprodução social e não da produção do capital. Essa é outra expressão do espaço fálico, nos termos de Lefebvre. Já nas comunidades com lideranças femininas percebe-se o espaço seguro de fala entre todos os participantes.

ARTEFATOS E CIDADES: PRÁTICAS ARQUITETÔNICAS, ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS PARA A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

Ana Gabriela Godinho Lima

Universidade Presbiteriana Mackenzie | anagabriela.lima@mackenzie.br

Este projeto situa-se no âmbito da pesquisa acadêmica em áreas de práticas projetuais. O objetivo principal é mapear, analisar e discutir práticas arquitetônicas, artísticas e literárias que, ao abordar problemas do espaço construído, contribuam para a reimaginação e o desenho de cidades mais seguras, diversas e acolhedoras para grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, crianças, idosos e pessoas não-binárias.

O recorte temporal concentra-se no período pós-2000, marcado pela intensificação dos efeitos das mudanças climáticas e pela exacerbação das desigualdades socioespaciais na América Latina. A pesquisa foca em estudos de caso de práticas localizadas no Brasil, Chile e México, países em que a equipe de pesquisa já vem atuando.

Metodologicamente, a pesquisa combina análise documental, estudo de casos e entrevistas com profissionais, pesquisadoras e pesquisadores. O levantamento bibliográfico incluirá publicações acadêmicas e práticas desenvolvidas fora do âmbito institucional, reconhecendo a contribuição de artistas e escritoras para a crítica e reimaginação dos espaços urbanos. Além disso, serão exploradas ferramentas como análises gráficas, análises de discurso e a cartografia social para sistematizar e interpretar os dados coletados. A metodologia complementa-se com análise morfológica urbana, mapeamentos colaborativos e observação direta in loco.

O projeto propõe como resultados a publicação de uma coletânea reunindo as principais produções da equipe; a disponibilização do material sistematizado ao público por meio de plataformas de redes sociais; e a disseminação dos resultados junto a stakeholders, tais como organizações comunitárias, gestores públicos, escritórios de arquitetura e urbanismo, organizações do terceiro setor atuantes em territórios vulneráveis, em particular as que se voltam para mulheres e crianças, e instituições acadêmicas. Esses atores serão engajados por meio de oficinas, seminários, encontros presenciais e virtuais, com o objetivo de promover o diálogo interdisciplinar e intersetorial, além de fomentar a implementação de conhecimentos produzidos pelo projeto.

Assumindo que a criação de espaços inclusivos requer tanto um reexame das narrativas pessoais e profissionais dos projetistas quanto um entendimento crítico das questões sociais e políticas, o projeto busca integrar a subjetividade do ato de projetar com as demandas estruturais da sociedade contemporânea. Assim, o projeto se alinha e contribui para o crescente corpo de pesquisas brasileiras e latino-americanas que destacam a importância das experiências de grupos vulneráveis, especialmente das mulheres, como fonte de conhecimento indispensável para o desenho de artefatos e cidades que dialoguem com as culturas e práticas locais preexistentes.

Referências:

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M. e GROSSI, M. P . Masculino, feminino, plural gênero na interdisciplinarietà. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.